

FONTE :  Folha da Tarde

CLASS. :  163

DATA :  3.11.86

PG. : \_\_\_\_\_

CALHA NORTE

190  
**Geólogos denunciam pesquisa em área indígena**

A concessão, entre 1980 e 1985, de 537 alvarás de pesquisam mineral a empresas nacionais e multinacionais em mais de 3,5 milhões de hectares de terras indígenas da Amazônia, é documentada e denunciada pelo Conselho Nacional de Geólogos e pelo programa "Levantamento dos Povos Indígenas Brasileiros, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Parte desse território indígena foi incluído na área de abrangência do projeto governamental Calha Norte, que prevê a ocupação militar e desenvolvimento da fronteira Norte do País. Um dossiê, concluído em abril, foi entregue, logo depois, ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pela União das Nações Indígenas, Associação Brasileira de Antropologia e pelo próprio Conselho. A mineração em terras indígenas foi liberada em novembro de 1983 pelo presidente João Figueiredo, através do decreto-lei 88.985, cuja inconstitucionalidade está sendo arguida, junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence.

Nas 302 áreas indígenas da Amazônia (situadas nos Estados do Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Território de Roraima), os técnicos verificaram que 77 estão afeta-

das, em 34% de sua extensão. As terras indígenas mais atingidas situam-se no Pará (208 alvarás e 357 requerimentos) e Rondônia (165 alvarás e 124 requerimentos). Na área do Projeto Calha Norte, há 465 requerimentos no Amazonas e 589 em Roraima.

O decreto 88.985 prevê tratamento preferencial para empresas estatais na mineração amazônica. Segundo o dossiê, 50% dos alvarás foram concedidos a grupos privados nacionais, 40% a grupos multinacionais e 10% a estatais. No primeiro grupo, destacam-se as empresas Brumadinho (34 alvarás), Paranapanema (33), Ceriumbrás S/A Minérios e Metais (13), Mineração Macaúbas Ltda. (13), Carbonífera Criciúma (10) e Jarua Mineração (10). Entre as multinacionais, estão a Anglo American/Bozano Simonsen (117 alvarás), o grupo Brascan/British Petroleum (76). As estatais beneficiadas são a Companhia Vale do Rio Doce (26), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (21), Petrobrás (4) e as estaduais Codesaima e Propará.

No Território de Roraima, área central do Calha Norte, o dossiê registra o interesse das empresas Best, Pompéia, Crasa, Aracati, Companhia de Mineração e Participações, Mequimbrás, Vila do Príncipe, Scalabrin, Pegmina, Vale do

São João, Montes de Roraima, Tratex, Codesaima, Brumadinho, Paranapanema, Rio Vivenda, Brascan, CPRM, Mutum, Bozzano Simonsen, Minesal, Parima, Companhia Vale do Rio Doce, Mearim e Itacuã.

BISPOS

Os bispos da região amazônica poderão reunir-se, extraordinariamente, ainda este mês, para uma avaliação "aprofundada e coletiva" do Projeto Calha Norte e suas implicações para os cinquenta mil (22,8%) dos 220 mil indígenas brasileiros que serão diretamente afetados pela ofensiva governamental. É o que informou ontem, por telefone, o bispo de Rio Branco (Acre), d. Moacyr Grechi, presidente do secretariado regional Norte 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em sua opinião, uma consequência imediata do projeto "é a paralisação das demarcações de terras indígenas no Norte da Amazônia, frustrando os índios". D. Moacyr disse, depois, que "toda a Nação precisa discutir, profundamente, a questão amazônica" e que "é inadmissível que um projeto com a dimensão do Calha Norte seja levado adiante sem a participação do Congresso Nacional, de toda a sociedade civil e, particularmente, dos índios".